ALEXANDRE ALLIPRANDINO MEDEIROS

A hora do acidente

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Dr. Homero Batista Mateus da Silva

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

ALEXANDRE ALLIPRANDINO MEDEIROS

A hora do acidente

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Prof. Dr. Homero Batista Mateus da Silva.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Medeiros, Alexandre Alliprandino
A hora do acidente / Alexandre Alliprandino Medeiros ; orientador Homero
Batista Mateus da Silva -- São Paulo, 2018.
509 p.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e
Seguridade Social) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Acidentes de trabalho. 2. Horas extraordinárias. 3. Intervalos para
descanso. I. Silva, Homero Batista Mateus da , orient. II. Título.

MEDEIROS, Alexandre Alliprandino. **A hora do acidente**. 2018. 509 p. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho e da Seguridade Social) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus, a Jesus Cristo e ao Espírito Santo, trindade em que me apoio, razão de minha existência e fundamento de toda a minha esperança de uma vida eterna e feliz.

A Sonara, dileta esposa e companheira, pela compreensão na supressão de horas de convívio, bem assim pelo constante incentivo.

A Miguel, filho querido, que me ensinou concretamente o verdadeiro sentido do altruísmo.

A Stela, mãe exemplar, pelo apoio em todos os instantes.

A David Gislene, Anis, Fernanda, Lucas e Vitor, meus familiares mais próximos, pela estrutura emocional que, no cotidiano, me dedicam.

A Igreja de Cristo que se reúne em Franca, onde busco refrigério e tenho a possibilidade de sentir como é, de verdade, o Corpo e o Reino de Cristo.

A Homero Batista Mateus da Silva, amigo, professor e competente orientador, pela confiança, ideias e estímulo à minha qualificação acadêmica.

A Escola Judicial do Tribunal do Trabalho da 15ª Região, que mais uma vez me premiou com licença remunerada para qualificação profissional, demonstrando o quanto investe em seus quadros, e como é preocupada com a boa e justa distribuição de justiça social.

A Karina Samaan, irmã em Cristo e servidora do Instituto Nacional do Seguro Social, pelo auxílio inestimável na indicação de pessoas que me ajudaram na busca de dados oficiais a subsidiar esta tese.

A Carla Curvello, César Patta, José Carlos do Carmo, Rosemairry Norie Inamine, pelos trabalhos inerentes à disponibilização de dados públicos divulgados pelo Instituto Nacional do Seguro Social e pelo Sistema de Informações de Agravos de Notificações do Ministério da Saúde.

A Noa Piatã Bassfeld Gnata, colega de pós-graduação, que se lembrou de mim nas suas andanças em Brasília-DF, sugerindo livro importante para a melhor compreensão das matérias relacionadas a sistemas oficiais de informação.

A Alessandro Cerdeira Diz, Giovanni, irmão na fé e especialista em Sistemas de Informações, pelo auxílio dedicado a questões relacionadas a estatísticas e tratamento de dados para as demonstrações das questões centrais desta tese.

A Teresa Cristina Martins Dias, pela inestimável colaboração na validação técnica das demonstrações estatísticas.

MEDEIROS, Alexandre Alliprandino. **A hora do acidente**. 2018. 509 p. Tese (Doutorado em Direito do Trabalho e da Seguridade Social) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RESUMO

As políticas de saúde e segurança do trabalhador dependem da correta identificação dos momentos da jornada de trabalho em que os acidentes mais acontecem para que possam antecipar eventos ou, quando isto não for possível, melhor organizarem o trabalho para que não haja a repetição do fato. Embora não existam provas em dados oficiais, estabeleceu-se um consenso na doutrina e na jurisprudência trabalhista de que os acidentes de trabalho são mais frequentes nas faixas de horários em que o trabalhador está a realizar horas extraordinárias. Os acidentes se dão com maior recorrência nesse momento mesmo? Esta foi a principal pergunta que subsidiou a presente tese. Após o tratamento doutrinário de questões relacionadas à saúde e segurança biopsicossocial e organizacional, tratadas como um processo e não como um estado ideal, utópico e afastado do “chão de fábrica”, depois da compreensão jurídica do instituto jurídico das horas extraordinárias e mesmo após demonstrar que acidentes típicos e doenças, inclusive mentais, estão intimamente relacionados à questão dos dias e horários e trabalho, foram identificadas as proporções de ocorrências de acidentes de trabalho típicos no interstício de janeiro de 2007 a agosto de 2016, a partir de alguns cenários reais e hipotéticos. Foram utilizados os dados oficiais do Ministério da Saúde (SINAN-DATASUS) e analisados os números da região metropolitana de São Paulo. Concluiu-se que o índice de acidentes, em comparação com as demais faixas de horários da duração normal da jornada, elevou-se fortemente na primeira hora extraordinária. Sob cenários de concessões de intervalos para refeições e descansos, os percentuais de ocorrências acidentárias da nona hora de trabalho se equiparam aos números encontrados na segunda, terceira e quarta horas de trabalho no dia. As pausas para descansos ao longo das jornadas mitigam os riscos de acidentes na faixa das horas extras. As análises estatísticas demonstraram a fidedignidade das conclusões. Em razão disso, considerando que na maioria dos cenários a “hora do acidente” se dá de maneira mais frequente na primeira hora extraordinária, propôs-se, além do aumento das pausas de descanso intrajornadas, a proibição mais forte da realização do trabalho para além de oito horas diárias. Em cenário ideal seria aconselhável não somente a proibição, mas a própria supressão da prática.

Palavras-chave: Acidentes de trabalho. Horas extraordinárias. Intervalos para descanso.

MEDEIROS, Alexandre Alliprandino. **L'heure de l'accident**. 2018. 509 p. Thèse (Doctorat en Droit du Travail et de la Sécurité Sociale) - Faculté de droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2018.

RÉSUMÉ

Les politiques de santé et de sécurité des travailleurs dépendent de l'identification correcte des moments de la journée de travail où les accidents se produisent le plus, afin d'anticiper les événements ou, lorsque cela est impossible, mieux organiser le travail afin que cela ne se reproduise pas. Bien qu'il n'y ait aucune preuve dans les données officielles, un consensus dans la doctrine et dans la jurisprudence du travail a établi que les accidents du travail sont plus fréquents lors des heures supplémentaires de l'employé. Les accidents se produisent le plus souvent à ce moment là ? Ce fut la principale question qui a soutenu cette thèse. Après le traitement doctrinal des questions liées à la santé et à la sécurité bio-psychosociale et organisationnelle, traitées comme un processus et non pas comme un état idéal, utopique et éloigné du « terrain », après la compréhension juridique de l'Institut juridique des heures supplémentaires et même après avoir démontré que les accidents typiques et les maladies, y compris mentales, sont étroitement liés à la question des journées et horaires de travail, les proportions des occurrences d'accidents de travail typiques ont été identifiées entre Janvier 2007 et Août 2016, à partir de certains scénarios réels et hypothétiques. Les données officielles du Ministère de la Santé (SINAN-DATASUS) ont été utilisées et les chiffres de la région métropolitaine de São Paulo ont été analysés. Il a été conclu que le taux d'accidents, en comparaison aux autres horaires d'une journée de travail normale, a fortement augmenté lors de la première heure supplémentaire. Selon les scénarios de concessions d'intervalles pour manger et se reposer, les pourcentages d'accidents de la neuvième heure de travail étaient équivalents aux chiffres trouvés dans le deuxième, troisième et quatrième heures de travail de la journée. Les pauses pour se reposer au cours de la journée atténuent les risques d'accidents lors des heures supplémentaires. Les analyses statistiques ont démontré la fiabilité des conclusions. Par conséquent, étant donné que dans la plupart des scénarios, « l'heure de l'accident » se produit de façon plus fréquente lors de la première heure supplémentaire, il a été proposé, en plus de l'augmentation des pauses journalières, une plus forte interdiction de l'exécution du travail au-delà de huit heures quotidiennes. Dans le scénario idéal, non seulement l'interdiction serait souhaitable, mais la suppression de cette pratique également.

Mots-clés : Accidents du travail. Heures supplémentaires. Pauses pour repos.

MEDEIROS, Alexandre Alliprandino. **Il momento dell'infortunio**. 2018. 509 p. Tesi (Dottorato in Diritto del Lavoro e della Previdenza Sociale) – Facoltà di Diritto, Università di São Paulo, São Paulo, 2018.

RIASSUNTO

Le politiche sulla salute e sulla sicurezza sul lavoro dipendono dalla corretta identificazione dei momenti della giornata lavorativa in cui gli infortuni si verificano con maggior frequenza, al fine di prevenire tali incidenti o, quando ciò non è possibile, organizzare meglio il lavoro in modo da evitare che essi si ripetano. Nonostante non vi siano dati ufficiali al riguardo, la dottrina e il diritto del lavoro concordano sul fatto che gli infortuni sul lavoro sono più frequenti durante lo svolgimento delle ore di lavoro straordinario. Gli infortuni si verificano con maggior frequenza in questa fase specifica? Questa è stata la questione principale affrontata da questa tesi. Dopo aver trattato dottrinalmente i problemi legati alla salute e alla sicurezza bio-psico-sociale e organizzativa, intesi come un processo e non come situazione ideale, utopica e lontana dalla "realtà di fabbrica", dopo la comprensione legale dell'istituto giuridico del lavoro straordinario e anche dopo aver dimostrato che gli infortuni e le malattie tipiche, anche mentali, sono strettamente legate alla giornata e all'orario di lavoro, sono state individuate le proporzioni in cui si verificano gli infortuni tipici nel periodo tra gennaio 2007 e agosto 2016, partendo da alcuni casi reali e ipotetici. Sono stati utilizzati i dati ufficiali del Ministero della Salute (SINAN-DATASUS) e sono stati analizzati i casi della regione metropolitana di São Paulo. Si è giunti alla conclusione che il tasso di infortuni, rispetto alle altre fasce orarie di una normale giornata lavorativa, aumenta notevolmente durante la prima ora di lavoro straordinario. Nei casi in cui si concedono pause per mangiare e riposare, le percentuali degli infortuni che si verificano durante la nona ora di lavoro si equiparano a quelle della seconda, terza e quarta ora della giornata lavorativa. Le pause durante la giornata lavorativa riducono i rischi di infortunio durante l'orario di lavoro straordinario. Le analisi statistiche hanno dimostrato l'attendibilità di tali conclusioni. Pertanto, considerando che nella maggior parte dei casi il "momento dell'infortunio" avviene con più frequenza durante la prima ora di lavoro straordinario, è stato proposto, oltre all'aumento delle pause durante la giornata lavorativa, la ferma proibizione di superare le otto ore di lavoro giornaliero. In una situazione ideale, sarebbe consigliabile non solo il divieto, ma l'abolizione stessa di tale pratica.

Parole chiave: Infortuni sul lavoro. Lavoro straordinario. Pause.

MEDEIROS, Alexandre Alliprandino. **Time of Accident**. 2018. 509 p. Thesis (Doctorate in Labour and Social Security Law) – Faculty of Law, University of São Paulo ('Universidade de São Paulo') São Paulo, 2018.

ABSTRACT

Workers' health and safety policies depend on the correct identification of the points of the work day at which accidents happen most so that events can be anticipated, or, when this is not possible, work can be better organised in order to avoid their recurrence. Although there is no evidence in official data, there has been a consensus in labour doctrine and jurisprudence that workplace accidents are more frequent in time periods during which the worker is working overtime. Do accidents occur with greater recurrence at this time? This was the main question that supported this thesis. Following the doctrinal treatment of issues related to biopsychosocial and organisational health and safety, which were considered as a part of a process rather than as an ideal, utopian state removed from the "shop floor", once having a legal understanding of the law on overtime, and even after demonstrating that typical accidents and illnesses, including mental illnesses, are closely related to the question of days and times of work, the extent of occurrences of typical workplace accidents were identified in the period between January 2007 and August 2016, based on certain real and hypothetical scenarios. Official data from the Ministry of Health (SINAN-DATASUS) were used and statistics from the metropolitan region of São Paulo were analysed. It was concluded that the accident rate, in comparison with other time periods during the normal working day, increased substantially in the first hour of overtime. In scenarios allowing for mealtimes and rest breaks, the percentages of accident occurrences in the ninth hour of work equalled the numbers found in the second, third, and fourth hours of the working day. Intervals for rest breaks throughout the day mitigate the risk of accidents in the period of overtime. Statistical analysis supported the reliability of the conclusions. As a result - considering that in most scenarios the "time of accident" occurs more frequently in the first hour of overtime - a more robust restriction on carrying out work beyond eight hours a day was proposed, in addition to an increase in rest breaks throughout the working day. In an ideal scenario it would be advisable not only to restrict, but to abolish the practice itself.

Key words: Workplace accidents. Overtime. Rest breaks.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRH – Associação Brasileira de Recursos Humanos

AJUFE – Associação Nacional dos Juízes Federais

ANAMAGES - Associação Nacional dos Magistrados Estaduais

BPSO – Biopsicossocial e organizacional

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CID 10 – Classificação Internacional de Doenças

CF – Constituição Federal

CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CPC – Código de Processo Civil

CONGREGARH - Congresso de Gestão de Pessoas

CVS/SP - Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo

DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DORT – Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho

DVST-CEREST - Divisão Técnica de Vigilância Sanitária do Trabalho / Centro de Referência em Saúde do Trabalhador

EPI – Equipamento de Proteção Individual

e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

EU-OSHA - Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho

FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

NCPC – Novo Código de Processo Civil

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MS – Ministério da Saúde

NR – Norma Regulamentadora

NTEP - Nexo Técnico Epidemiológico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

QVT- Qualidade de Vida no Trabalho

SEADE – Fundação Estadual Sistema de Informação de Dados

SINAN – Sistema Nacional de Notificação de Agravos

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
INTRODUÇÃO	24
1 SEGURANÇA E SAÚDE BIOPSISSOCIAL E ORGANIZACIONAL DO TRABALHADOR	37
1.1 Prevenção e precaução	41
1.1.1 As oscilações na economia e seu impacto na “Relação Homem-Trabalho” ...	46
1.1.2 A sanidade biopsicossocial e organizacional na “Relação Homem-Trabalho” não é uma utopia	50
1.1.3 O enfraquecimento do trabalho institucionalizado em uma sociedade altamente técnica	54
1.1.4 Sofrimento e prazer no trabalho	58
1.1.5 Precarização, prevenção e precaução.....	61
1.2 Segurança e saúde biopsicossocial sob o viés da Psicodinâmica do Trabalho e as novas patologias sociais.....	70
1.3 Ergonomia e análise ergonômica da atividade.....	76
1.3.1 Variabilidade do trabalhador e do trabalho.....	80
1.4 Ações internacionais em segurança biopsicossocial.....	84
2 HORAS EXTRAORDINÁRIAS	92
2.1 Compreensão do instituto.....	92
2.2 Limitação e monetização.....	97
2.3 Compensação e prorrogação.....	104
2.4 Repercussões sociais, econômicas e jurídicas.....	118
2.5 Intensidade, cadência, ritmo e pausas. Norma regulamentar número 17 do Ministério do Trabalho e Emprego (NR 17).....	123
2.5.1 Intervalos para refeição e descanso.....	125
2.5.2 Os artigos 8º, 611-A e 611-B da CLT.....	133
2.5.3 O mundo da informática, dos sistemas de informações e do trabalho externo	144
2.5.4 Intervenção, regulação, promoção de saúde e produtividade.....	149
2.6 Trabalho noturno e em turnos	150
2.7 Acidentes, doenças e transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho	154
2.8 As várias espécies de transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho	156
2.8.1 Transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool	158

2.8.2 Reações ao estresse grave e transtornos de adaptação (estresse pós-traumático).....	161
2.8.3 Dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho (condições de trabalho).....	165
2.8.4 Outros transtornos neuróticos especificados (neurose profissional)	166
2.8.5 Ritmo de trabalho penoso	167
2.8.6 Transtorno do ciclo vigília-sono (fatores não-orgânicos).....	170
2.8.7 Síndrome de Burnout ou esgotamento profissional.....	171
2.9 Psicossomatização	173
2.10 Fadiga no trabalho	174
2.11 Horas extras e doenças cardiovasculares	176
2.12 Horas extraordinárias e disfunções no sistema digestivo, doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo. A amplitude da questão.....	178
2.13 “Workaholics” e “worklovers”	179
2.14 Vulnerabilidades e dificuldades para a limitação das horas extras.....	182
3 A BUSCA DA HORA DO ACIDENTE	188
3.1 Materiais oficiais	194
3.1.1 Números anuais e percentuais relativos ao total.....	198
3.1.2 Situação no mercado de trabalho	199
3.1.3 Local onde ocorreu o acidente.....	201
3.1.4 Hora e minuto do acidente.....	202
3.1.5 Hora e minuto após o início da jornada sem a redução da hora noturna	204
3.1.6 Hora e minuto após o início da jornada com a redução da hora noturna	210
3.1.7 Atividade econômica.....	216
3.1.8 Municípios	218
3.1.9 Empregador direto ou empresa terceirizada.....	221
3.1.10 Tipos de acidentes	223
3.1.11 Evolução do caso.....	224
3.1.12 Emissão da CAT	225
3.2 Métodos	226
3.2.1 Cruzamentos de dados e análises	265
3.3 Análises e resultados.....	336
3.3.1 Tabela 11 e seus gráficos - Percentual de acidentes ao longo da jornada. Ausência de consideração da redução da hora noturna e ausência de consideração da fruição de intervalos para refeição e descanso	336

3.3.2 Tabela 12 e seus gráficos - Percentual de acidentes ao longo da jornada. Ausência de consideração da redução da hora noturna e consideração da fruição de intervalos para refeição e descanso de uma hora.....	339
3.3.3 Tabela 13 e seus gráficos - Percentual de acidentes ao longo da jornada. Ausência de consideração da redução da hora noturna e consideração da fruição de intervalos para refeição e descanso de duas horas.....	340
3.3.4 Tabela 14 e seus gráficos - Percentual de acidentes ao longo da jornada. Consideração da redução da hora noturna e ausência de consideração da fruição de intervalos para refeição e descanso.....	343
3.3.5 Tabela 15 e seus gráficos - Percentual de acidentes ao longo da jornada. Consideração da redução da hora noturna e consideração da fruição de intervalos para refeição e descanso de uma hora	344
3.3.6 Tabela 16 e seus gráficos - Percentual de acidentes ao longo da jornada. Consideração da redução da hora noturna e consideração da fruição de intervalos para refeição e descanso de duas horas	345
4 A DEMONSTRAÇÃO ESTATÍSTICA DA HORA DO ACIDENTE.....	347
4.1 Conceitos estatísticos	348
4.2 Cálculos e gráficos	355
4.3 Análises, resultados e conclusões.....	415
5 OS IMPERATIVOS DA SUPRESSÃO DAS HORAS EXTRAS E DE UM MAIOR CUIDADO COM OS HORÁRIOS DE TRABALHO E DE DESCANSO.....	420
5.1 Os impactos da institucionalização do trabalho, e de sua desinstitucionalização, sobre o homem	423
5.2 Reflexos da influência da gestão de pessoas na qualidade de vida e na justiça encerrada na relação Homem-Trabalho	427
5.3 Algumas formas concretas de realização de trabalho seguro a partir da extirpação do mourejo extraordinário	431
5.3.1 Ampliação da competência jurisdicional da Justiça do Trabalho.....	432
5.3.2 Reforço da qualificação dos operadores do Direito do Trabalho e mesmo da sociedade (universo público e privado) em questões de sanidade biopsicossocial e organizacional.....	434
5.3.3 Incremento de tutelas inibitórias e coletivas	437
5.3.4 Internalização concreta de normas, posturas e doutrinas internacionais.....	440
5.3.5 Apologia da responsabilização criminal	447
5.3.6 Busca de novas formas interpretativas e de equacionamento judicial.....	452
5.3.7 Greve ambiental trabalhista	459

5.4 Subsídios para políticas públicas de compreensão e superação da questão das extraordinárias	469
5.5 Proibição e supressão de horas extras	477
CONSIDERAÇÕES FINAIS	483
CONCLUSÃO	495
REFERÊNCIAS	497

APRESENTAÇÃO

Esta tese, construída no universo temático da segurança e saúde do trabalhador, e alicerçada mais especificamente na seara das horas extraordinárias e suas eventuais repercussões na eclosão de acidentes de trabalho típicos, é fruto de inquietações que provêm de perguntas, por assim dizer, paradoxais.

Se sempre se soube que as horas extras são mais desgastantes e, portanto, prejudiciais à saúde do trabalhador, por qual motivo, sob a ótica da sanidade operária, sempre foi diminuto o esforço para a diminuição do estímulo e a cabal supressão da prática?

Se as extraordinárias sujeitam os trabalhadores ao aumento de riscos acidentários, por que se prioriza a construção de teorias e entendimentos calcados em padrões de remuneração, com reflexos importantes no dito “direito ao recebimento de horas extras”, ao invés de se levar a efeito uma discussão mais séria para a implementação de práticas que valorizem o direito à limitação da jornada?

Quais seriam as razões de as investigações científicas, sobretudo no Direito, alardearem tanto que acidentes de trabalho, com maior incidência, se dão nos extremos das jornadas e, entretanto, existir pouco esforço acadêmico para provar a veracidade dessa assertiva? Será que é isto mesmo o que acontece?

Como compreender a recorrente opção de sujeição do trabalhador a regime de horas sobressalentes, com a correspondente oneração do preço dessa sorte de trabalho, se o que se prega é que a produtividade, nessa condição, é menor?

É comum ouvir nos átrios dos fóruns e mesmo nas academias trabalhistas uma versão mais objetiva dos indigitados questionamentos, e que exterioriza igual preocupação: por que as horas extraordinárias tornaram-se tão ordinárias?

Pretendeu-se, com esta investigação, por intermédio de uma argumentação cientificamente estruturada, inclusive a partir de uma correlação entre o Direito e outras searas científicas, até a Estatística, buscar uma conclusão confiável sobre o momento da jornada e sobre a faixa de horário diária em que, mais frequentemente, os acidentes de trabalho típicos se dão.

Considerando que na temática envolvendo o acidente de trabalho vige a interdisciplinaridade, acredita-se que um trabalho que relacione um Direito ordenador e regulador da ordem social a outras searas do conhecimento possa, de maneira suficiente, subsidiar respostas adequadas às perguntas acima lançadas. Para isso, levando em conta a remissão à Estatística, foram buscados dados oficiais para fundamentar aquilo que se pretendia demonstrar.

Importou verificar primeiro o momento em que os acidentes se davam com mais recorrência, enfim, se era verdade, conforme o comumente ensinado, que esses eventos se verificavam mais mesmo no início das jornadas, quando a concentração é menor, e ou mais vezes ao final, quando o desgaste físico e o maior esforço contribuem para um trabalho mais sofrido, menos perfeito e, portanto, mais arriscado.

A confirmação do ensino mais corrente despertaria uma preocupação e, quem sabe, políticas tendentes à melhor administração desse fator de risco.

Por outro lado, ou seja, a se verificar que os acidentes se davam em momento diverso dos limítrofes das jornadas, seria importante desmistificar a propalada lição, o que, por assim dizer, poderia até legitimar a ausência de cuidado com a saúde do trabalhador sob o viés da limitação da jornada, da supressão das horas extras, bem assim justificar, em tese, o movimento atual de se volver os olhos exclusivamente para a faceta pecuniária da questão.

Foi difícil escolher um título que, em poucas palavras, sintetizasse a ideia central deste estudo, uma chamada que delimitasse com precisão os seus contornos e, de alguma maneira, instigasse a atenção de todos aqueles que trabalham com acidentes.

Ao pensar nos principais assuntos que seriam abordados - a segurança, a saúde do trabalhador, o acidente de trabalho e as horas extraordinárias, ao refletir sobre o universo acadêmico e jurídico em que a pesquisa se insere, na necessidade de uma abordagem que transitasse não somente pelo terreno do Direito, mas também em outros segmentos do conhecimento científico e, por fim, diante da urgência de um melhor equacionamento do problema, a decisão pela “A hora do acidente” foi a que pareceu a mais adequada.

De fato, as poucas palavras escolhidas sugerem, implicitamente, a ideia do perigo. A remissão direta ao acidente, por sua vez, preservou a densidade da chamada. E o indigitado perigo, associado à palavra “hora” remete à temporalidade do acontecimento do evento, à hora de relógio ou ao momento da jornada, carregando em si um conteúdo que a

um só tempo desperta a curiosidade e, após séria reflexão, o desejo pela antecipação de ações rumo à preservação da vida e da saúde do trabalhador.

Com efeito, independentemente do que se concluir quanto à “hora do acidente”, se nos limites das jornadas ou no curso mediano delas, e independentemente das compreensões que dessas conclusões advirão, o efeito preventivo ganhará corpo de qualquer maneira porque a certeza probabilística que se buscará trará consigo um inevitável estímulo à adoção de determinadas posturas.

Em outras palavras, o que se espera, até como contribuição social dessa pesquisa, é que muitas pessoas, ao se depararem com os dados demonstrados, sabedoras, portanto, das faixas de horários em que os riscos se fazem mais presentes, se movimentem rumo à inibição do dano.

Adentrando em questões metodológicas e práticas vale registrar que após a busca de dados oficiais foi possível acessar bases tanto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)¹ quanto do Ministério da Saúde, neste último caso, por intermédio do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo (CVS/SP) da Divisão Técnica de Vigilância Sanitária do Trabalho / Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (DVST-CEREST). Houve utilização, ainda, de estudos e informações amalhadas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Após várias diligências físicas e eletrônicas foi possível saber que o Ministério da Saúde, em coordenação com as Secretarias Estaduais de Saúde, auxiliado por um sistema de informática e correspondente base de dados, o DATASUS², bem como por uma plataforma denominada SINAN³, administra, nas várias unidades de saúde espalhadas pelo

¹ Após contatos com cerca de vinte pessoas, sejam servidores de carreira das mais diversas hierarquias, de gerentes de postos de atendimento até diretores regionais, sejam pessoas que, de alguma maneira, relacionam-se com a autarquia previdenciária em suas atividades profissionais e até políticas em Brasília, no Distrito Federal, e mais, depois da formulação de requerimentos escritos e eletrônicos, com uso até do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e - Sic) conseguiu-se acesso aos números de 2015 somente. No particular, e nada obstante os dados não estivessem compilados nos Anuários da Previdência Social sobre Acidentes de Trabalho periodicamente publicados, obteve-se acesso às informações encerradas nas várias Comunicações de Acidentes de Trabalho, em especial ao campo 32 (número de horas trabalhadas até o momento do acidente) amostra de extensão nacional. Esses dados, todavia, isolados, não serviram para uma análise mais pujante e, pois, para os fins da presente investigação.

² DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

³ Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Detalhamento maior no Portal do referido sistema, acessível pelo link disponível em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/>>. Acesso: em: 4 out. 2016.

país⁴, e por conta de exigência legal de notificações de alguns agravos⁵, em uma ficha chamada “Acidente de trabalho grave”, os mesmos dados exigidos pelo INSS em sua Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Nos campos números 50 e 51 dessa ficha são registrados, respectivamente, a hora do acidente e o número de horas trabalhadas após o início da jornada, e até à eclosão do infortúnio.

Somente para se ter uma ideia, a primeira amostra obtida no INSS, de abrangência nacional, ano de 2015, encerrava quase trezentos mil acidentes. Dados extraídos do SINAN, restritos ao Estado de São Paulo e ao período de aproximadamente 11 anos, 2005 a setembro de 2016, revelaram a existência de duzentos e oitenta e cinco mil registros de acidentes graves e relacionados a menores de dezoito anos.

No momento da busca e acesso a este último material⁶ houve, entretanto, alerta de que referidos campos (números 50 e 51) não tinham preenchimento obrigatório⁷ e que havia percentual de registros onde eles estariam “em branco”. Mesmo no dia da visita ao CVS-DVST/CEREST-SP foram prestados esclarecimentos não somente sobre esses campos vazios, mas também sobre a limitação geográfica ao Estado de São Paulo, sobre a imprecisão dos dados, sobre as limitações no cuidado com as entrevistas prévias ao preenchimento dos formulários e mesmo sobre a medida de conscientização que os responsáveis pela alimentação do sistema tinham acerca da importância das informações para o correto tratamento das causas dos acidentes e políticas correlatas.

De qualquer maneira, essas limitações, quando cotejadas com outras possibilidades científicas de testes e tratamento das informações, não comprometeram a riqueza do material nem prejudicaram a obtenção de dados importantes para a busca de novos conhecimentos, a balizarem, com impacto social, futuras condutas.

⁴ A administração dessas questões se dá de maneira uniforme em todo o Brasil, mas o acesso disponível, no CVS – DVST/CEREST-SP, limitou-se aos dados do Estado de São Paulo.

⁵ No caso que interessa à presente investigação, os agravos relacionados a acidentes de trabalho. Portaria GM/SM nº 204, de 17 de fevereiro de 2016, Anexo, número 1, letra “b” - Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes, disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html>. Acesso em: 4 out. 2016.

⁶ Material colhido no CVS-DVST/CEREST-SP, após subscrição de termo de responsabilidade pela utilização ética das informações de pesquisa acadêmico-científica.

⁷ Levantamentos iniciais feitos no âmbito do CVS-DVST/CEREST-SP apontavam, para o ano de 2015, em um universo de 35.436 acidentes graves, fatais e envolvendo crianças e adolescentes, cerca de cerca de 17,12% de campos não preenchidos para a “hora do acidente” (82,88%, portanto, de dados registrados) e, para o campo “hora após o início da jornada”, 37,52% de campos vazios (62,48%, assim, de dados assinalados). Em outras palavras, conseguiu-se, no referido ano, 29.366 registros de horário dos acidentes de trabalho, além de 22.141 registros das quantidades de horas trabalhadas no dia do acidente.

Em verdade, o material colhido, além de sua oficialidade e relevância como subsídio de interesse público e privado na senda dos acidentes graves e envolvendo crianças e adolescentes, consubstanciou uma amostra numérica e temporal valiosa, que, normalizada e trabalhada com a ajuda de recursos estatísticos, proporcionou conclusões probabilísticas, ou seja, passíveis de generalização com um grau razoável de segurança científica.

Não se pode desconsiderar, ainda, que as informações coletadas, porque mais próximas física e temporalmente dos eventos acidentários, possuem, na maioria das vezes, valor de fidedignidade significativo. Provas colhidas em momento posterior, até mesmo as havidas no seio do Poder Judiciário, normalmente atreladas a interesses os mais variados, majoritariamente pecuniários, carregam por vezes máculas indeléveis, sobretudo quando se está a pleitear objetivamente não a promoção de saúde, mas a responsabilização jurídica, trabalhista, previdenciária e civil de uma pessoa.

Vale lembrar, também, que questões jurídicas e acadêmicas, por serem trabalho específico de profissionais preparados para isso, só podem ser tratadas com qualidade no exato ambiente desse corpo de pessoas mesmo, bem assim no seio de pesquisas com maior envergadura. Quer-se dizer, com isso, que o fato de os profissionais da área da saúde, responsáveis por entrevistar os acidentados, seus familiares, seus empregadores, e depois lançarem informações em fichas e sistemas oficiais de informação, com as limitações inerentes, não podem mesmo consubstanciar obstáculo intransponível ao melhor equacionamento dos dados que eles cuidaram de registrar.

Somente profissionais qualificados, com os conhecimentos que lhe são próprios, saberão trabalhar com as informações e com os números, montando cenários e realizando os testes necessários à harmonização dos dados à autenticidade dos fatos. É o que se buscou fazer, por exemplo, com a questão dos intervalos para alimentação e descanso, que em jornadas ordinárias, maiores de seis horas, podem variar, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) entre o mínimo de sessenta e o máximo de cento e vinte minutos, com a consequente exclusão desse tempo do total das jornadas⁸. Os agentes de saúde

⁸ Artigo 71 da CLT e seu § 2º: Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas [...] § 2º: § 2º - Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho. BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 4 nov. 2016.

possivelmente não iriam fazer esta exclusão no momento de seus registros. É uma atividade que compete particularmente ao cientista do Direito.

Aliás, e já aqui nestas apresentações, pode-se adiantar que a questão dos intervalos não se restringiu somente à desconsideração do cômputo, por assim dizer, aritmético da jornada. Houve todo um tratamento diferenciado da matéria, como a questão da forma de remuneração deles, quando ilegitimamente suprimidos⁹, circunstâncias que, ao cabo, servem para legitimar a afirmação, feita linhas acima, de que as singularidades das limitações dos dados oficiais não maculam a preciosidade das informações, tampouco, após o abalizado tratamento delas, a formulação de conclusões socialmente impactantes.

Em suma, a especificidade da tese e a superação das limitações dos registros informatizados está justamente na simbiose, científica e metodologicamente estruturada, entre os dados oficiais colhidos e o correto balizamento jurídico.

Estruturalmente, o presente trabalho será composto, além desta apresentação, de uma introdução, cinco capítulos, bem assim dois outros, um dedicado às “considerações

⁹ Até o início da vigência da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, o posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a questão do intervalo para refeição e descanso estava encerrado na sua Súmula número 437: INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT. I - Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento total do período correspondente, e não apenas daquele suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT), sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração. II - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva. III - Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, com redação introduzida pela Lei nº 8.923, de 27 de julho de 1994, quando não concedido ou reduzido pelo empregador o intervalo mínimo intrajornada para repouso e alimentação, repercutindo, assim, no cálculo de outras parcelas salariais. IV - Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e § 4º da CLT. TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Súmulas da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho**. Resolução 185/2012, Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, 25, 26 e 27 de setembro de 2012 (republicada em decorrência do despacho proferido no processo TST-PA-504.280/2012.2 - DEJT divulgado em 26.11.2012). Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_401_450.html#SUM-437>. Acesso em: 5 out. 2016. Todavia, com a inserção de novos artigos na CLT, tal como o 59-A (possibilidade de indenização de intervalos para refeição em jornadas de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso) e o inciso III do art. 611-A (possibilidade de negociação coletiva em torno dos intervalos, desde que respeitado o mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas) bem assim a reformulação da redação de outros dispositivos (§ 4º do artigo 71, por exemplo – direito a pagamento apenas do tempo suprimido, com natureza indenizatória) todos resultantes da denominada Reforma Trabalhista, poderá haver sensível modificação de rumos nessa matéria. Sobre tudo isso haverá tratamento pormenorizado mais adiante.

finais” e um final chamado de “conclusão”, seguido ao fim e ao cabo pelas referências de estudo.

Após a inserção precisa e fundamentada do leitor na questão central desta tese, objetivo maior do texto introdutório, procurou-se fazer incursões, já no capítulo 1, nas questões conceituais de segurança e saúde do trabalhador, primeiro sob um enfoque geral e, depois, sob o viés específico dos acidentes de trabalho típicos e suas relações com o universo da organização do trabalho. Houve, no ponto, um cuidado com as interfaces relacionadas à intensidade da atividade laborativa, à quantidade de horas mourejadas, inclusive com abordagens que se imiscuíram na grande seara dos riscos psicossociais.

No capítulo 2, adentrou-se no terreno próprio das horas extraordinárias e dos intervalos, do trabalho noturno e em turnos, na análise das singularidades fáticas e jurídicas em que esses institutos trabalhistas estão imersos. Neste momento questões atreladas às limitações das horas extraordinárias a um determinado número diário, semanal, mensal, com a correspondente análise dos sistemas de compensações mais usuais e das matérias ligadas aos impactos econômicos e sociais resultantes disso tudo foram estudadas de maneira particularizada. Assim também o foi naquilo que diz respeito às singularidades e repercussões do trabalho noturno no cálculo das jornadas e, no que toca aos intervalos, seus tratamentos e as questões jurídicas correlatas mais importantes, em ambos os casos, sempre com o cuidado da superação de uma abordagem exclusivamente calcada na faceta financeira. Privilegiou-se, antes, um olhar mais elevado, adstrito mesmo aos móveis humanos que justificam a preservação desses direitos todos, nos exatos limites das relações com a dita causa acidentária.

O capítulo 3 foi dedicado a várias abordagens a partir dos dados colhidos no CVT-DVST/CEREST-SP, no DIEESE, montagem de cenários, testes, análises, observações, argumentações e reflexões sobre o problema central objeto da investigação. Na oportunidade cuidou-se de fazer uma descrição minuciosa de todo o processo de coleta, tratamento, estudos e opções de recortes, isso tudo a constituir o próprio método investigativo.

No capítulo seguinte, mediante raciocínios e ponderações sobre tudo aquilo que foi investigado preteritamente, ou seja, após a identificação de todos os limites dos problemas, buscou-se provar a tese, ou seja, dar uma resposta específica e fundamentada sobre “A hora do acidente”, seja com balizas em faixas de horários do dia, seja com suporte em número de horas trabalhadas até o infortúnio. Construiu-se, portanto, uma resposta baseada tanto na hora de relógio quanto no contexto de uma jornada, desta feita não com

base em argumentos jurídicos tradicionais, alicerçados em argumentos de autoridade, oriundos de doutrinadores consagrados, mas sim com critérios metodológicos próprios da dita Estatística Descritiva, em uma simbiose saudável que aproxima fatos juridicamente relevantes a pessoas que, antes da eclosão de acidentes, podem e devem tomar decisões importantes a preveni-los.

Já no Capítulo, 5 foram formuladas propostas de ações públicas e privadas, sugestões de soluções preventivas, precaucionais e reparadoras, isso a partir de um manejo diferenciado do ferramental jurídico vigente, doutrinário, jurisprudencial e legal.

Tudo foi aglutinado, finalmente, em dois capítulos bem particulares. Um deles, chamado de “considerações finais”, mais descritivo e textual, abordou, de forma propositiva e resumida, as questões centrais tratadas na tese. O outro, denominado “conclusão”, tentou, de forma objetiva, responder as indagações centrais lançadas na investigação. Seja em um seja em outro buscou-se colaborar com a transformação dos paradoxos iniciais em realidades razoavelmente compreensíveis e desejadas, sempre com vistas aos propósitos da sanidade do meio ambiente de trabalho.

Espera-se que todo esse trabalho sirva para os objetivos mais elevados da mitigação dos acidentes de trabalho no Brasil e no mundo.

INTRODUÇÃO

Como dizia Jacques Ellul no documentário denominado “A traição da tecnologia”¹⁰, vive-se, cada vez mais, por reflexo, e menos por reflexão. Entre os vários exemplos que citou sobre a velocidade das coisas e a consequente alienação do homem, destacou-se o ligado às características de determinados veículos automotores. Velozes, criados para transitar a mais de duzentos quilômetros por hora, exigem, cada vez mais, reflexos apurados, não raciocínios. Se um cachorro atravessar uma via em que circulam tais veículos, nessas circunstâncias de máquinas, motoristas e velocidades, somente o reflexo salvará homem e animal.

Assim caminha a evolução da técnica. Fundamentalmente, com a alienação dos atributos do ser humano.

Homero Batista Mateus da Silva, ao discorrer em suas aulas sobre a corrida pela aquisição e desenvolvimento de modernos Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) relata que se formou um consenso equivocado a respeito da inevitabilidade dos EPIs, quando se sabe que o que mais acarreta o adoecimento e acidentes no ambiente de trabalho é o processo produtivo, sua cadência, seu ritmo.

As intervenções humanas nesse processo, portanto, amparadas por uma política de higiene ocupacional eficaz, devem priorizar a precaução, a prevenção, a eliminação dos riscos, e não somente o controle e as suas neutralizações.

Giuseppe Ludovico, da Universidade de Milão, em Seminário promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em Brasília, Distrito Federal¹¹, lembrou uma situação que bem ilustra dimensões importantes dos tempos atuais. Segundo disse, há vinte ou trinta anos apregoava-se que a evolução das técnicas proporcionaria a diminuição na quantidade de trabalho e a realização de um trabalho melhor, mais qualificado. Entretanto, ressaltou, o

¹⁰ A TRAIÇÃO da tecnologia. Amsterdam: Rerun Productions, 1990. 1 vídeo (53 min.), son., color. Legendado. Entrevista de Jacques Ellul. Disponível em: <<https://jacquesellulbrasil.wordpress.com/2011/12/01/236/>>. Acesso em: 23 out. 2015.

¹¹ Evento havido entre 21 e 23 de outubro de 2015.

que se viu foi algo bastante diferente, um trabalho quantitativamente maior, e mais, realizado de uma forma e em um ritmo muito mais intenso.

A demanda pelo aumento da produção, associada ao apelo pelo aumento da renda que provém da remuneração operária, no contexto da vida atual, insista-se, manifestamente irrefletida, gera repercussões desastrosas no plano da saúde e da vida do trabalhador.

A questão do trabalho extraordinário é, nesse cenário, central.

No universo do Direito, mesmo naquilo que o relaciona à seara da Saúde e Segurança do Trabalhador, as conclusões a que chegam aqueles que se aventuram a fazer investigações jurídicas sobre as horas extraordinárias e suas consequências fundamentam-se mais em argumentações retóricas ou de autoridade, de efeitos mais ou menos encantadores, normalmente ancorados em ilações ligadas a princípios constitucionais, e não propriamente em dados comprovados. Essas conclusões, como regra, cingem-se ao dito mundo jurídico doutrinário acadêmico e à prática judicial. Elas normalmente não se baseiam em fundamentos científicos para além do Direito, e não buscam, em dados oficiais, números que possam subsidiar a referida argumentação.

São recorrentes as sustentações de que as horas extraordinárias, além de repercussões estritamente econômico-financeiras, produzem doenças ocupacionais, acidentes de trabalhos típicos e por equiparação, além de inúmeras consequências sociais, tudo a contribuir para uma importante instabilidade social.

Há, em razão disso tudo, animosidades as mais variadas, seja no seio das demandas judiciais, seja fora delas também.

As repercussões negativas ligadas à realização de horas extras, aquelas que ensejam prejuízos individuais e sociais, tais como a diminuição de postos de serviços e a limitação de convívio familiar e comunitário, ainda que sentidas e vividas de maneira empírica, não conseguem, por razões variadas, mobilizar as estruturas de poder¹², fazê-las percorrer um caminho que desestime a prática do trabalho extraordinário.

Preponderam, em detrimento da sanidade operária, os intentos de redução de gastos empresariais e o aumento da renda dos trabalhadores que se engajam no processo.

¹² Tanto os poderes formais, representados pelas autoridades legalmente constituídas, quanto os informais, construídos socialmente, em diversas e multifacetadas dimensões.

Diante desse contexto, e em razão da cultura jurídica e social brasileira, de apego às diretrizes que emanam da lei escrita, é legítimo sustentar a necessidade da deflagração de processo legislativo que culmine na proibição da realização das extraordinárias, inclusive as famigeradas duas diárias, autorizadas pelo artigo 59 da CLT¹³.

A tomada de consciência sobre esse assunto pode ensejar também, mesmo sem a deflagração e êxito do processo legislativo citado, posturas que visem a supressão da prática, o mais desejável, mediante iniciativa patronal mesmo.

É importante nessa seara, em adição, reflexões e encaminhamentos de propostas inovadoras, de políticas e formas jurídicas diferentes de equacionar todas essas situações relacionadas ao universo do mourejo extraordinário.

É paradoxal, em um contexto como o narrado até aqui, a manutenção dessa situação, de legitimação, até constitucional ¹⁴, da prática e pagamento de horas extraordinárias, e mesmo a frequente adoção de sistemas de compensações¹⁵, quando essa mesma ordem constitucional, por seus princípios, visa à melhoria da condição social do trabalhador.

Essa melhoria, é importante dizer, precisa se desprender da visão comum de que a simples monetização de um direito, atrelada à realização e recebimento de horas extraordinárias, com valor mínimo de cinquenta por cento superior, resolve todas as coisas.

Impõe-se, para se atingir uma realidade mais elevada, que se resgate, concretamente, o objetivo do instituto das horas extras, que é a limitação do trabalho às

¹³ Art. 59 - A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de 2 (duas), mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho. BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 8 nov. 2016. A redação atual do artigo em questão, derivada da redação da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, possibilita a realização de até duas horas se havida negociação coletiva (acordo ou convenção coletiva) ou individual (acordo escrito entre trabalhador e empregador).

¹⁴ Inciso XVI do artigo 7º da Constituição Federal. BRASIL: XVI - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 8 nov. 2016.

¹⁵ Inciso XIII do artigo 7º da Constituição Federal: XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 8 nov. 2016.

máximas jornadas previstas na Constituição Federal, na lei ou no contrato de trabalho, neste caso, quando mais favoráveis.

O paradoxo reina há décadas. Vale reiterar, por isso, algumas questões trazidas na apresentação deste trabalho. Se as extraordinárias são mesmo mais desgastantes e, portanto, incrementam os riscos da atividade à saúde e à vida do trabalhador, por que subsistem a prática e a inércia em suas contenções? Será que as horas extras ensejam mesmo situações de riscos às incolumidades físicas e psíquicas do operariado? Será que elas guardam alguma relação com os acidentes de trabalho?

A presente investigação propõe-se a averiguar, com base em dados oficiais, legitimados pela Estatística, se a quantidade em horas de trabalho é ou não uma das causas determinantes de maior número de acidentes de trabalho.

Por conta de determinados recortes, cujos pormenores serão explicados mais adiante, o trabalho em curso debruçou-se na análise dos acidentes graves e daqueles eventos acidentários envolvendo crianças e adolescentes, os registrados pelos agentes de saúde em todos os trinta e nove municípios da denominada Região Metropolitana de São Paulo¹⁶.

No caso da capital, São Paulo, todavia, foram registrados todos os acidentes, e não somente os graves, na medida em que um normativo municipal específico impede a limitação do registro exclusivo dos acidentes de notificação obrigatória¹⁷.

¹⁶ A região Metropolitana de São Paulo (RMSP) composta por 39 municípios, foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14, de 1973, e disciplinada pela Lei Complementar Estadual nº 94, de 1974. No entanto, sua existência legal e política dependia da aprovação de uma lei estadual específica, de acordo com as regras da Constituição Federal de 1988, que atribuiu aos Estados a responsabilidade pela criação das regiões metropolitanas. O Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2005, aprovada no dia 13 de junho de 2011, pela Assembleia Legislativa, criou a RMSP preenchendo definitivamente o vazio institucional existente na mais importante concentração urbana do país. A nova lei busca promover o planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida, a proteção do meio ambiente, a integração do planejamento e da execução de funções públicas de interesse comum e a redução das desigualdades sociais e regionais. A RMSP é o maior polo de riqueza nacional. O Produto Interno Bruto (PIB) atingiu em 2008 R\$ 572 bilhões, o que corresponde a cerca de 57% do total do Estado. Os municípios que compõem a RMSP são: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapevi, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista. Texto extraído do Portal do Governo do Estado de São Paulo. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos. **Região metropolitana de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.sdmropolitano.sp.gov.br/portalsdm/sao-paulo.jsp>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

¹⁷ SÃO PAULO (Estado). **Portaria SMS 1470/2002, de 30 de abril de 2002, do Sistema de Vigilância de Acidente de Trabalho (SIVAT) do Município de São Paulo**. Disponível em:

O sistema de informações eleito, objeto de análise e tratamento de dados (SINAN/MS - DATASUS) nada obstante o universo mais reduzido quanto aos números, demonstrou-se bastante qualificado porque esteve a contemplar não somente o conjunto de trabalhadores cujos contratos foram regidos pela CLT, mas também as pessoas que tiveram suas relações de trabalho reguladas por outros diplomas jurídicos. Abarcou, portanto, além dos ditos empregados, os trabalhadores estatutários, os autônomos, os avulsos, os cooperativados, os desempregados com alguma atividade eventual, os trabalhadores não registrados e integrantes do mercado informal, bem assim aposentados e temporários. Mesmo os acidentes de trabalho envolvendo empregadores pessoas físicas foram considerados.

A amostra de pesquisa abrangeu o interstício de janeiro de 2007 a 31 de agosto de 2016. Foram, assim, quase dez anos de registros.

Na associação das informações oriundas do SINAN com outras colhidas no sítio do DIEESE na rede mundial de computadores buscou-se a melhor harmonização possível. Este trabalho demandou a realização de recorte na área geográfica da pesquisa também. Os dados do SINAN, no início, aglutinavam registros relativos a eventos acidentários havidos em todo o Estado de São Paulo. No momento em que as análises estatísticas careceram da delimitação do percentual de trabalhadores envolvidos efetivamente na realização de horas extraordinárias, ou seja, a proporção de assalariados e ocupados em geral que trabalharam mais do que a jornada legal ou costumeira, foi necessário a restrição dos estudos às cidades da região metropolitana do Estado de São Paulo, isto justamente porque o DIEESE limitou suas investigações a esse grupo de municípios.

De qualquer maneira, como os trinta e nove municípios da mencionada região compõem o conjunto de cidades economicamente mais pujantes do Estado, e mesmo a parcela mais representativa em todos os segmentos de atividade e humanos do país, a confiabilidade dos resultados subsistiu preservada¹⁸.

Impõe-se sublinhar, ainda, até para que se possa dimensionar a extensão e o impacto do presente trabalho, que nada obstante a presente tese se direcione mais às questões

<<http://www.informarejuridico.com.br/Proinfo/boletim/2002/Icms-Sp/leg.municipal/portariasms1470-20-2002.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

¹⁸ Em capítulos próprios, aliás (Capítulos 3 e 4) será demonstrado que esse recorte não engendrou perda de escala significativa. Houve diminuição da amostra, mas não um prejuízo de conclusões passíveis de generalizações.

dos acidentes de trabalho típicos, ao momento em que eles mais acontecem, a realidade é a de que as horas extras contribuem também para a majoração dos níveis de estresse no trabalho.

O estresse, igualmente a muitas outras questões relacionadas à saúde operária, é tema incompreendido e estigmatizado, em outras palavras, verdadeiramente discriminado¹⁹. Na realidade, esse problema, no contexto da realização das horas extraordinárias, e à luz do universo empresarial e do serviço público é, em substância, mais um problema organizacional que uma vicissitude do trabalhador individualmente considerado. Aliás, esta afirmação, de que o problema é, antes, de organização, é um pressuposto basilar para a prevenção, o controle e a reparação de danos em questões ligadas à saúde dos trabalhadores e à limitação de suas jornadas.

A superação do citado estigma, a compreensão de que a questão é muito maior e mais importante, ou seja, que é uma questão de saúde pública, facilitará a cura dessa chaga e o bom encaminhamento da presente tese.

Na Europa, onde os estudos sobre os riscos psicossociais estão bem avançados, demonstrou-se que o estresse é o segundo problema mais referido de saúde relacionado ao trabalho.

Pesquisa de opinião administrada pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho ²⁰ serviu para comprovar que mais da metade dos trabalhadores considerava o estresse como algo comum no local de trabalho.

No mais abrangente inquérito europeu às empresas, sobre riscos novos e emergentes no ambiente de trabalho ²¹, oito em cada dez dirigentes se demonstraram preocupados com o estresse no trabalho. Acontece que menos de trinta por cento deles implementaram medidas para enfrentamento dos riscos psicossociais, o que revela que

¹⁹ Pessoas com doenças psicológicas são, muitas vezes, alcunhadas de vagabundas, de oportunistas.

²⁰ Essa informação encontra-se no sítio de referida agência na *internet*, em: <<https://osha.europa.eu/pt>>. Acesso em: 13. ago. 2014.

²¹ AGÊNCIA EUROPEIA PARA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. **Inquérito Europeu às Empresas sobre Riscos Novos e Emergentes.** Disponível em: <https://osha.europa.eu/pt/publications/reports/pt_esener1-summary.pdf>. Acesso em 14 ago.2014.

preocupação ou ciência dos problemas não é garantia de ação para a superação deles. Fazendo-se um paralelo com os ensinamentos de Jesus Cristo, a fé, sem obras, é morta²².

A indigitada Agência Europeia informou, no inquérito em questão, que a conclusão a que chegou foi a de que quase metade das entidades empregadoras admitiu que os riscos psicossociais são mais difíceis de gerir que os ditos "tradicionais", ou mais óbvios, riscos de segurança e saúde no trabalho²³.

Ainda segundo informações obtidas no sítio da referida Agência²⁴ os riscos psicossociais, sob a perspectiva do trabalho, são todas aquelas situações que ameaçam a saúde psíquica, física e social de uma pessoa, decorrentes de deficiências na concepção, na organização e mesmo na gestão do trabalho.

Esses riscos, conforme conclusões estribadas, inclusive, em pesquisa de opinião pública, materializam-se no estresse relacionado com o trabalho, no esgotamento e na depressão, resultantes, na maioria dos casos, das seguintes condições laborativas:

- a) cargas de trabalho excessivas;
- b) exigências contraditórias e falta de clareza na definição das funções e atribuições;
- c) falta de participação do trabalhador na tomada de decisões que afetam a sua vida e a sua rotina de trabalho;
- d) falta de controle obreiro sobre a forma de execução do seu trabalho;
- e) má gestão de mudanças organizacionais e consequentes inseguranças no exercício do trabalho (sete em cada dez entrevistados citaram esse fator como um dos que desencadeiam o estresse no trabalho);
- f) comunicação ineficaz entre os sujeitos envolvidos na relação de trabalho e falta de apoio dos chefes e colegas de trabalho;

²² Versículo 26 do Capítulo 2 do Livro de Tiago, Novo Testamento: Porque, assim como o corpo sem espírito é morto, assim também a fé sem obras é morta. **BÍBLIA**. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. e atual. Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

²³ Aqueles riscos ligados a agentes físicos, químicos, biológicos, ergonômicos.

²⁴ Disponível em: <<https://osha.europa.eu/pt/themes/psychosocial-risks-and-stress>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

g) assédio moral ou sexual no ambiente de trabalho, intimidações (seis em cada dez dos inquiridos na sondagem se referiram a essas circunstâncias como origens do estresse no ambiente de trabalho);

h) violência de terceiros, suportada pelo trabalhador, no local do trabalho ou em razão dele.

A mencionada pesquisa demonstrou, também, que quatro em cada dez trabalhadores declararam que o estresse não é tratado de forma adequada no local de trabalho.

Levando em consideração o objeto deste estudo, sobretudo as suas limitações, importa ressaltar, diante dos exemplos de condições de trabalho citados, que eles todos, uns diretamente, outros por via oblíqua, têm relação com a questão do trabalho extraordinário.

O exemplo das cargas de trabalho excessivas (letra “a”) não demanda muitas explicações quanto à relação que tem com a questão das horas extraordinárias.

As exigências contraditórias, a falta de clareza nas delimitações de funções e atribuições (letra “b”) a comunicação ineficaz entre os sujeitos da relação de trabalho, associada à falta de apoio das chefias (letra “f”) e mesmo à falta de controle dos obreiros sobre a forma de execução do seu trabalho (letra “d”) podem repercutir no aumento das horas trabalhadas.

Quando os trabalhadores não têm efetiva ciência sobre o que devem ou não fazer, bem assim quando não dispõem de poderes para decidirem sobre o que podem ou não realizar, ficam normalmente perdidos quanto aos rumos a tomar no seguimento de suas atividades. Sem o devido apoio de seus superiores eles acabam ou se imiscuindo em serviços alheios, com a consequente sobrecarga de atividades, ou mesmo retardando seus próprios afazeres, com ingresso posterior no contexto das horas extraordinárias. Em outras palavras, subaproveitados, desorientados e, nesta condição, deixando de realizar serviços que poderiam ou deveriam fazer, os trabalhadores ficam com serviço acumulado para posterior finalização, o que normalmente se dá em regime de mourejo suplementar.

A falta de participação do trabalhador na tomada de decisões que afetam a sua vida e a sua rotina de trabalho (letra “c”) tange, em muitas situações, circunstâncias intimamente ligadas aos horários e aos dias de trabalho, às atribuições diárias, às exigências

de qualificação, estas, muitas vezes, a afetar mesmo o tempo de convívio do empregado com seus familiares e amigos.

As mudanças organizacionais interferem sobre os dias e horários de trabalho, sobre as tarefas a serem executadas, sobre a forma de realização do serviço. As atividades, quando malfeitas, geram inseguranças no exercício do trabalho (letra “e”).

O assédio moral (letra “g”) com os danos morais decorrentes, caracterizado normalmente em terrenos de má organização ou gestão do ambiente do trabalho, em cenários de exigências de metas de produção impossíveis de serem alcançadas, tem inegável relação com o tema das extraordinárias.

Por fim, as tristes experiências das vítimas de assédio sexual no ambiente de trabalho, daqueles trabalhadores que, em dado momento, no trabalho ou em razão do serviço, foram alvos de violências de terceiros (letras “g” e “h”) acabam, por certo, interferindo na consecução normal das atividades profissionais diárias. O trabalho, que para muitos é elemento concreto de dignificação, torna-se, para os que experimentam essas situações, sinônimo de trauma, de dor, de sofrimento, tudo a justificar a conclusão de que, para esses trabalhadores, a energia a ser despendida na atividade laborativa é maior (aspecto qualitativo) como muitas vezes será maior, por conta dessas singularidades todas, a jornada de trabalho que eles terão que vencer para alcançarem os mesmos resultados de colegas que não vivenciaram histórias similares (aspecto quantitativo).

Um ambiente de trabalho equilibrado, na perspectiva da sanidade do trabalhador, impulsiona tanto o bom desempenho profissional quanto o pessoal, promove tanto o bem-estar mental quanto o físico dos trabalhadores. Quando a organização da empresa é estruturada em fixação de exigências funcionais que extrapolam a capacidade obreira de dar respostas, enfim, quando não há preocupações com a sanidade do trabalhador, há repercussões psicológicas e físicas²⁵.

A negligência com as questões de sanidade psicossocial, por vezes justificada na relativa intangibilidade das doenças mentais, gera efeitos negativos nas organizações empresariais. Estes efeitos são objetivamente detectados em fraco desempenho geral da

²⁵ Normalmente o estresse no trabalho gera doenças físicas também, cardiovasculares e outras, associadas à estrutura muscular e esquelética.

empresa, aumento do absenteísmo²⁶ e do “presenteísmo”²⁷, elevação dos índices de acidentes de trabalho típicos e crescimento no número de concessões de aposentadorias por invalidez.

Essas consequências geram, inegavelmente, um custo, mensurado em cifras significativas. E a parte mais cara deste problema, a saber, a saúde do trabalhador, supera a expressão pecuniária.

É possível uma administração competente das situações de estresse e das questões relacionadas aos riscos que o circundam, seja a partir da superação de visões discriminatórias, seja com a compreensão de que essa realidade guarda relação também com o número de horas trabalhadas, seja, o que é fundamental, pela compreensão de que a limitação da jornada do trabalhador é um imperativo de segurança e saúde biopsicossocial.

A abordagem competente dessa questão, além de demandar o envolvimento de todos os personagens do mundo do trabalho, inclusive dos obreiros, há de passar, inexoravelmente, pelo manejo adequado de um Direito aberto, ordenador e relacionado com outras searas do conhecimento, e mais, há de trilhar os rumos de um Direito atento aos fatos e circunstâncias que atingem, concretamente, os trabalhadores em situações de risco. Interessa, no particular, não somente o trabalho prescrito, mas o real e individualizado o quanto possível. Neste ponto a ajuda da Ergonomia é indispensável também.

As abordagens teóricas e práticas na seara da prevenção e controle dos riscos psicossociais desenvolvem-se, basicamente, em três momentos. Segundo Serafim, Campos, Cruz e Rabuske²⁸ há um momento de prevenção primária, onde se busca a origem dos fatores de estresse na tentativa de reduzi-los ou eliminá-los, um secundário, com a detecção desses fatores, seus controles e mesmo o tratamento precoce dos danos físicos e emocionais que causaram ao trabalhador, e um momento terciário, em que se busca a recuperação ou a habilitação de pessoas atingidas mais gravemente pelos agentes estressores.

Liliana Andolpho Magalhães Guimarães²⁹ descreve uma série de medidas de controle para a redução dos fatores de riscos psicossociais ligados ao trabalho, entre eles, a

²⁶ Recorrentemente mais longos quando a questão se associa a doenças mentais, isso em comparação com faltas decorrentes de outras singularidades.

²⁷ Situação em que um empregado se apresenta para trabalhar, mas, em razão de doença adquirida, não reúne as condições adequadas para realizar as suas atribuições funcionais.

²⁸ SERAFIM, Alessandra da Cruz et al.. Riscos psicossociais e incapacidade do servidor público: um estudo de caso. **Psicologia: Ciência e profissão**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 686-705, 2012. p. 701.

²⁹ GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães. Fatores psicossociais de risco no trabalho. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE SAÚDE MENTAL NO TRABALHO, 2., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia. Disponível em: <<http://goo.gl/Hq1uIM>> Acesso em 15 nov. 2010. Também em *Fatores psicossociais de*

realização de capacitação, o monitoramento do trabalho em turnos e horas extras, a motivação das equipes de trabalho, o estabelecimento de comunicação adequada e a busca de soluções, a redução da monotonia das tarefas, a estipulação de carga de trabalho em prazos e demandas razoáveis, adequadas às capacidades dos trabalhadores. Vê-se, portanto, que a questão dos riscos psicossociais está muito relacionada à seara da realização das horas extraordinárias.

É importante destacar que a gestão, em todos os níveis, em questões de saúde em geral, e de saúde psicossocial em especial, com suas relações com as horas extras, objeto deste estudo, não campeia somente o universo de um dever empresarial singularizado, ou amplificado unicamente por forças morais. É, na verdade, e antes de tudo, também uma exigência constitucional.

Não é necessário um esforço argumentativo ou a exposição de uma relação pormenorizada de todos os artigos constitucionais para fundamentar essa conclusão. Basta uma reflexão simples sobre o significado de dois dos fundamentos da República Brasileira, a dignidade da pessoa humana e os valores do trabalho e da livre iniciativa, encerrados respectivamente nos incisos III e IV do art. 1º da Constituição Federal.

Há, no plano normativo infraconstitucional, em várias espécies normativas, um bom referencial para comprovar, e legitimar, o atrelamento do regime de trabalho extraordinário com o adoecimento dos trabalhadores e com os acidentes de trabalho típicos.

A Lista B do Anexo II do Decreto nº 3048, de 6 de maio de 1999, que aprovou o Regulamento da Previdência Social e deu outras providências, com a redação dada pelo Decreto 6957, de 9 de setembro de 1999, relacionou, logo após nota explicativa de que a relação seria exemplificativa e complementar³⁰, os transtornos mentais e do comportamento (Grupo V da CID-10) e seus respectivos fatores etiológicos. Aqueles que se relacionam intimamente com os dias e horas de trabalho são os seguintes:

a) transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de álcool (alcoolismo crônico relacionado com o trabalho – F10.2) originados ou de (a.1) problemas relacionados com o emprego e com o desemprego: condições difíceis de trabalho (Z56.5) ou de (a.2) circunstância relativa às condições de trabalho (Y96);

risco no trabalho. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/SandraFlores5/liliana-amguimaraes-factorespsicossociais>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

³⁰ Não houve exclusão, portanto, de outros fatores.

b) reações ao estresse grave e transtornos de adaptação (F43): estado de estresse pós-traumático (F43.1) decorrentes ou de (b.1) outras dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho: reação após acidente do trabalho grave ou catastrófico, ou após assalto no trabalho (Z56.6) ou de (b.2) circunstância relativa às condições de trabalho (Y96);

c) outros transtornos neuróticos especificados (inclui “neurose profissional”) F48.8, oriundos ou de (c.1) ritmo de trabalho penoso (Z56.3) ou de (c.2) desacordo com padrão e colegas de trabalho (condições difíceis de trabalho, Z56.5);

d) transtorno do ciclo vigília - sono devido a fatores não-orgânicos (F51.2) com gênese ou em (d.1) problemas relacionados com o emprego e com o desemprego: má adaptação à organização do horário de trabalho (trabalho em turnos ou trabalho noturno - Z56.6) ou em (d.2) circunstância relativa às condições de trabalho (Y96);

e) sensação de estar acabado (“Síndrome de *Burnout*”, “Síndrome do Esgotamento Profissional”) Z73.0, derivadas ou de (e.1) ritmo de trabalho penoso (Z56.3) ou de (e.2) outras dificuldades físicas e mentais relacionadas com o trabalho (Z56.6).

A Norma Regulamentadora (NR) 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, em alguns de seus tópicos, toca a questão da organização do trabalho e sua relação com as questões ditas psicossociais, com matérias ligadas à dignidade do trabalhador. Exemplo disso são os seus itens 17.1 (remissão a parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores) 17.6 e seus subitens (17.6.2, por exemplo, que prescreve que a organização dos trabalhos deve levar em conta, no mínimo, questões referentes ao modo de operação, à exigência de tempo, à determinação do conteúdo de tempo, ao ritmo de trabalho, ao conteúdo das tarefas) bem assim os seus Anexos 1 e 2, que entre outras coisas versam, respectivamente, sobre a organização do trabalho dos operadores de caixas em hipermercados, supermercados, atacadistas, bem assim daqueles que realizam atividades de atendimento por telefones e terminais de computador.

Em suma, o que se quer dizer com essas linhas todas, e já na introdução, é que a limitação da jornada de trabalho às máximas estipuladas no ordenamento jurídico é questão que suplanta o mero universo dos acidentes típicos. Tange questões maiores, psicossociais.

Essa abordagem inicial, portanto, tenciona deixar bem claro que malgrado a análise de dados fique restrita a acidentes típicos, a demonstração da “hora do acidente”, ou seja, dos limites objetivos e aptos a justificar o desencadeamento de políticas de limitações

do trabalho a determinadas jornadas, contribuirá, ao mesmo tempo, para a mitigação do estresse no ambiente de trabalho e, por conseguinte, das facetas perniciosas acima minudenciadas.

Os caminhos que levam à supressão da realização de horas extraordinárias, à efetiva limitação das jornadas, enfim, à boa organização da atividade profissional, como um imperativo de segurança e saúde biopsicossocial do trabalhador, são difíceis, tortuosos. O alicerce da construção, no entanto, está lançado. Impõe-se, doravante, o trabalho rumo à conclusão dessa obra.

CONCLUSÃO

Considerando, finalmente, o método e a forma particular do desenvolvimento desta investigação, com o lançamento inicial de uma tese e consequente demonstração estatística dos resultados, é possível, neste momento, elaborar uma conclusão que, de forma objetiva, sintetiza os resultados.

Ei-la:

1 A partir do cenário formal extraído da base de dados do SINAN-DATASUS, e sem criação de realidades hipotéticas de intervalos para refeição e descanso, bem assim de horários noturnos, chegou-se à demonstração de que acidentes típicos, graves e envolvendo crianças e adolescentes, no âmbito da região metropolitana de São Paulo, se dão com maior incidência na primeira e na segunda horas extraordinárias, isso se considerada a jornada máxima legal e ordinária de oito horas de trabalho diário. O risco de acidentes em tais horários é no mínimo duas vezes maior que em outros momentos da jornada, podendo, em alguns casos, ser superior quase duas vezes e meia.

2 Com a inserção de cenários hipotéticos de intervalos para refeição e descanso de uma hora os riscos de acidentes se elevam também de maneira importante na primeira hora extra, isso se comparada com a situação da hora imediatamente anterior, a oitava hora de trabalho. Entretanto, uma análise de toda a jornada demonstra que a consideração hipotética da fruição de uma hora de refeição e descanso faz com que os índices de acidentes na faixa compreendida entre a terceira e a quarta hora da jornada sejam bastante parecidos com os detectados na nona hora. As diferenças percentuais são bem pequenas.

3 Considerando, ainda no plano das hipóteses, fruições de intervalos de duas horas para refeição e descanso a incidência maior de acidentes deixa de se dar preponderantemente na nona e décima hora de trabalho. Malgrado nestas faixas de horários se verifique, também, que os índices de acidentes sejam elevados, principalmente se comparados com as realidades havidas na oitava hora da jornada, há uma sensível e objetiva inclinação da “hora do acidente” para as faixas da primeira, da terceira e da quarta hora da jornada.

4 As singularidades descritas nos dois últimos itens (2 e 3, portanto) mostram não somente a importância da concessão de intervalos para refeição e descanso como

também que um tempo maior de descanso, no particular, está proporcionalmente ligado à diminuição dos acidentes nas faixas das horas extraordinárias. É uma situação que não estava, desde o início, prevista para essa investigação e, por isso, poderá ser melhor estudada em outros trabalhos. A realidade em questão, por assim dizer, rompe com um paradigma importante, a saber, aquele de que as horas extras sempre representariam mais riscos comparativos com os módulos de duração normal do trabalho. As pausas para descanso são, conseqüentemente, decisivas para conclusões sobre riscos de acidentes típicos e, por consequência, doenças ligadas ao trabalho.

5 Embora não se possa desprezar a importância das questões relativas aos trabalhos em turnos e noturnos, com seus impactos na saúde do trabalhador, o fato é que as simulações a partir de cenários construídos sob tal realidade não representaram, no universo dos acidentes típicos e graves, alterações significativas quanto à “hora do acidente”. As construções hipotéticas derivadas desses fatores não alteraram os resultados mencionados nos parágrafos anteriores.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA EUROPEIA PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. **Riscos psicossociais e *stresse* no trabalho.** <<https://osha.europa.eu/pt/themes/psychosocial-risks-and-stress>>. Acesso em: 23.11.2016.

A TRAIÇÃO da tecnologia. Amsterdam: Rerun Productions, 1990. 1 vídeo (53 min.), son., color. Legendado. Entrevista de Jacques Ellul. Disponível em: <<https://jacquesellulbrasil.wordpress.com/2011/12/01/236/>>. Acesso em: 23 out. 2015.

AGÊNCIA EUROPEIA PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. **Inquérito europeu às empresas sobre riscos novos e emergentes.** Observatório Europeu dos Riscos, Bilbao (Espanha) 2010. Disponível em: <https://osha.europa.eu/pt/publications/reports/pt_esener1-summary.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2014.

AGÊNCIA EUROPEIA PARA A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO. **Sondagem de opinião pan-europeia sobre segurança e saúde no local de trabalho - 21 de março de 2013.** Bilbao (Espanha) 2013. Disponível em: <<https://osha.europa.eu/en/safety-health-in-figures>>. Acesso em: 23 nov. 2016

AIRES, Mariella Carvalho de Farias. Direito de greve ambiental no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 34, n. 129, p. 147-174, jan./mar. 2008.

ALMEIDA, Kamila. Por motivos diferentes, *worklovers* e *workaholics* pecam pelo excesso. Saiba as diferenças entre os perfis e descubra se você se enquadra em um deles. **Zero Hora**, Porto Alegre, 17 maio 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/noticia/2014/05/por-motivos-diferentes-worklovers-e-workaholics-pecam-pelo-excesso-4502473.html>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

ALMEIDA, Rodrigo Gomes de. A ergonomia sob a ótica anglo-saxônica e a ótica francesa. **Revista Vértices**, Campos de Goytacazes, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 115-126, jan./abr. 2011.

ANGHER, Anne Joyce (Coord.). **Vade mecum universitário de direito ridell.** 19. ed. São Paulo: Ridell, 2016.

ARENDT, Hannah. **A condição humana.** Tradução Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. Associação Médica Brasileira. Conselho Federal de Medicina. Federação Nacional dos Médicos. **Diretrizes para um modelo de assistência integral em saúde mental no Brasil.** Rio de Janeiro: ABP, 2006.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. LIMA, Francisco de Paula Antunes. A contribuição da ergonomia para a identificação, redução e eliminação da nocividade do trabalho. In: MENDES, René. **A patologia do trabalho.** 2. ed. Belo Horizonte: Atheneu, 2003, p. 1767-1789.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.8, n. 4, p. 1005-1018, out./dez. 2003.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; LIMA, Francisco de Paula Antunes. Aproximações da ergonomia ao estudo das exigências afetivas das tarefas. In: GLINA, Débora Miriam Raab; ROCHA, Lys Esther (Org.). **Saúde mental no trabalho**: da teoria à prática. São Paulo: Roca, 2010. p. 210-228.

AUBERT, Nicole; ROUX-DUFORT, Christophe. **Le culte de l'urgence: la société malade du temps**. Paris: Falmmarion, 2003.

BALASSIANO, Moises; TAVARES, Elaine; PIMENTA, Roberto da Costa. Estresse ocupacional na administração pública brasileira: quais os fatores impactantes? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 751-774, maio/jun. 2011.

BÍBLIA. **Bíblia sagrada**: nova versão internacional. Tradução pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2001.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução João Ferreira de Almeida. 2. ed. rev. e atual. Barueri, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2636/2007, do Deputado Federal Eduardo Valverde**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=381213>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.402, de 10 de janeiro de 2002. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei 13.105, de 16 de março de 2015. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm>. Acesso em: 24 out. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 29 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943**. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 22 fev. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 6 maio 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição do Estado de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Lei 12.690, de 19 de julho de 2012.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Diário Oficial da União (20.7.2012). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm>. Acesso em: 27 maio 2016.

BRASIL. **Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** *Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.* Brasília: Diário Oficial da União (20.7.2012). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 21 jun. 2016.

BRASIL. **Lei 7.783, de 28 de junho de 1989.** Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis, da comunidade, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 28 jun. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7783.htm>. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 29 mar. 2017.

BRASIL. **Lei 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília: Diário Oficial da União (14.7.2017). Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-13467-2017.htm>>. Acesso em: 11 set. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória 808, de 14 de novembro de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília: Diário Oficial da União (14.11.2017). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Mpv/mpv808.htm#art1>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Serviço eletrônico de informação ao cidadão (e - SIC).** Disponível em: <<http://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>>. Acesso em: 4 out. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. **Legislação em saúde mental:** 1990-2004 / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. 5. ed. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho:** manual de procedimentos para os serviços de saúde. Organização Elizabeth Costa Dias; colaboração Idelberto Muniz Almeida et al. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.339, de 18 de novembro de 1999**. Brasília, DF. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339_18_11_1999.html>. Acesso em: 6 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 204/2016. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Seção I, 18 fev. 2016, p. 23. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=23&data=18/02/2016>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1399, de 18 de novembro de 1999**. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1999/prt1339_18_11_1999.html>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. **NR 9 – Programa de prevenção de riscos ambientais**. Portaria GM nº 3.214, de 08 jun. 1978. Ministério do Trabalho e Emprego, Diário Oficial de 06 jul. 1978. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/images/Documentos/SST/NR/NR-09atualizada2014III.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

BRASIL. **Portaria GM/SM nº 204, de 17 de fevereiro de 2016**. Anexo, número 1, letra “b” - Acidente de trabalho: grave, fatal e em crianças e adolescentes. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html>. Acesso em: 4 out. 2016.

BRASIL. Previdência Social. **Dados abertos – Saúde e segurança do trabalhador**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-sst/>>. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL. Previdência Social. **Dados abertos – Previdência Social e INSS**. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>>. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Súmulas da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho**. Resolução 209/2016, Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, 1º, 02 e 03 de junho de 2016 (inserção do inciso VI). Disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_51_100.html#SUM-85>. Acesso em: 30 nov. 2016.

CAPITÃO, Cláudio Garcia; CARVALHO, Érica Bonfá. Psicossomática: duas abordagens de um mesmo problema. **Revista de Psicologia da Vetor Editora**, São Paulo, v.7, n. 2, p. 21-29, jul./dez. 2006.

CARVALHO, Gerusa Menezes de; MORAES, Rosângela Dutra de. Sobrecarga de trabalho e adoecimento no polo industrial de Manaus. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 465-282, dez. 2011.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. **Transtornos mentais relacionados com o trabalho**. Disponível em: <<https://cerestj2.wordpress.com/transtornos-mentais-relacionados-com-o-trabalho/>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR DA REGIÃO METROPOLITANA II (1) – RJ. **Transtornos mentais relacionados com o trabalho**. <<https://cerestrij2.wordpress.com/transtornos-mentais-relacionados-com-o-trabalho>>. Acesso em: 3 mar. 2017>.

CESÁRIO, João Humberto. **As principais modificações do novo CPC e os seus impactos no processo do trabalho**. Cuiabá: Pináculo, 2016.

CODO, Wanderley; SAMPAIO, José Jackson Coelho (Org.). **Sofrimento psíquico nas organizações**. Petrópolis: Vozes, 1995.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. **Terceirização: máquina de moer gente trabalhadora**. São Paulo: Ltr, 2015.

DANIELLOU, François; BÉGUIN, Pascal. Metodologia da ação ergonômica: abordagem do trabalho real. In: SZNELWAR, Laerte Idal (Coord.). **Ergonomia**. São Paulo: Blucher, 2007. p. 281-301.

DAVEZIES, Philippe. **Evolution des organisations du travail et atteintes à la santé à la santé**. Contribution au séminaire interdisciplinaire «Nouvelles Organisations du Travail», CNAM Paris, 1997. Paris, Travailler, 1999, 3: 87-114. Disponível em: <http://philippe.davezies.free.fr/download/down/Evolution_des_organisations_1997.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2016.

DECLARAÇÃO de Estocolmo sobre o ambiente humano. 1972. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>>. Acesso em: 18 out. 2017.

DECLARAÇÃO do rio sobre meio ambiente e desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

DEJOURS, C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, Laerte Idal (Org.). **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo, 2015. p. 47-103.

DEJOURS, C. et al. **Psicodinâmica do trabalho: contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

DEJOURS, Christophe. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 14, n. 54, abr./ jun., p. 7-11, 1986.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Tradução Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 11. ed. São Paulo: Ltr, 2012.

_____. Duração do trabalho: o debate sobre a redução para 40 horas semanais. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 75, n. 2, p. 25-34, abr./ jun. 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. Jornada reduzida em turno de revezamento: um direito ameaçado. **Estudos e pesquisas**, São Paulo, n. 70, out. 2013. Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2013/estPesq70turnosRevezamento.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. **Proporção de ocupados e de assalariados que trabalharam mais do que a jornada legal no trimestre, por sexo.** Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/serve/serie.do?method=consultaSimples&codigo=297>>. Dados em percentual. Acesso em: 10 out. 2016.

DOENÇAS do sistema digestivo relacionadas com o trabalho. **Portal da Educação**, 16 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/nutricao/doencas-do-sistema-digestivo-relacionados-com-o-trabalho/44050>>. Acesso em 17 out. 2017.

ENCONTRO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA, 10., 2017, João Pessoa. **Anais...** Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/extensao/documentos/anais/6.SAUDE/6PRACPEX01.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/extensao/documentos/anais/6.SAUDE/6PRACPEX01.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

ELLUL, Jacques. **A técnica e o desafio do século.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

_____. **Le bluff technologique.** Paris: Hachette, 1988.

ESTADO DO CEARÁ. **Constituição do Estado do Ceará.** Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 5 out. 1989. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70432/CE_Ceara.pdf?sequence=1>. Acesso em 6 jan. 2017.

FELICIANO, Guilherme Guimarães. **Teoria da imputação objetiva no direito penal ambiental brasileiro.** São Paulo: Ltr, 2005.

_____. Meio ambiente do trabalho e responsabilidade civil por danos causados ao trabalhador: dupla face ontológica. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, n. 28, p. 45-51, 2006. Disponível em: <<http://portal.trt15.jus.br/web/biblioteca/revista-do-tribunal>> Acesso em: 30 mar. 2017.

_____. **Da competência penal da Justiça do Trabalho (parecer).** Disponível em: <<https://www.anamatra.org.br/artigos/703-da-competencia-penal-da-justica-do-trabalho-003053415476394273>> Acesso em: 18 jan. 2018.

FERREIRA JÚNIOR, Iwaldo Martins. Alcoolismo e trabalho. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, São Paulo, v. 70, n. 18, p. 50-52, abr./jun. 1990.

FERREIRA, Mário César; MENDES, Ana Magnólia. Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 6, n. 1, p. 93-104, jan./jun. 2001.

FINLÂNDIA faz maior greve geral das duas últimas décadas. Blog Esquerda.Net., 19 set. 2015. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/artigo/finlandia-faz-maior-greve-geral-das-ultimas-duas-decadas/38719>> Acesso em: 27 mar. 2017.

FREIRE, Paula Ariane. Assédio moral e saúde mental do trabalhador. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 367-380, jul./ set. 2008.

GIRELLI, Luciana Silvestre. A lógica cultural do capitalismo contemporâneo a partir da obra de Fredric Jameson. **Revista Café com Sociologia**, Piúma, v. 4, n. 1, p. 84-99, jan./abr. 2015.

GLINA, Débor Miriam Raab et al. Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 607-616, maio/ jun. 2001.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Subsecretaria de Assunto Metropolitanos. **Região metropolitana de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.sdmetropolitano.sp.gov.br/portalsdm/sao-paulo.jsp>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

GRECO, Patrícia Bitencourt Toscani et al. Utilização do modelo demanda-controle de Karasek na América Latina: uma pesquisa bibliográfica. **Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 272-281, maio/ago., 2011.

GUIMARÃES, Liliana Andolpho Magalhães. Fatores psicossociais de risco no trabalho. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE SAÚDE MENTAL NO TRABALHO, 2., 2006, Goiânia. **Anais...** Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/SandraFlores5/liliana-amguimaraes-factorespsicossociais>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas**. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/portema/atividades-economicas/subclasses-da-cnae-2-2.html>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

JAMESON, Fredric. **Cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.

JODAS, Denise Albieri; HADDAD, Maria do Carmo Lourenço. Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. *Revista Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 192-197, nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21002009000200012>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística aplicada**. Tradução Luciane Ferreira Pauleti Vianna. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LEE, Sangheon; MCCANN, Deirdre; MESSENGER, Jon C. **Duração do trabalho em todo o mundo**: tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada. Brasília: OIT, 2009.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. A formação em ergonomia: reflexões sobre algumas experiências de ensino da metodologia de análise ergonômica do trabalho. In: KIEFER, Célia; FAGÁ, Iracema; SAMPAIO, Maria do Rosário (Org.). **Trabalho – Educação – Saúde**: um mosaico em diferentes tons. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; São Paulo: Fundacentro, 2001. p. 133-147.

_____. **Norma e atividade humana**: modelos dinâmicos da prescrição e historicidade das situações de trabalho. Trabalho e abordagem pluridisciplinar: estudos Brasil, França e Argentina. Organização DIEESE/CESIT. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2005. p. 51-68.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Qualidade de vida no trabalho**: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. São Paulo: Atlas, 2002.

LLORY, Michel; MONTMAYEUL, René. **O acidente e a organização**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014.

LUDOVICO, Giuseppe. Reflexos psicossociais das transformações do trabalho (relatório). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRABALHO SEGURO. Tribunal Superior do Trabalho. Brasília-DF, 21 a 23 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/bitstream/handle/11103/20873/REFLEXOSPSICOSSOCIAIS%20TRT%203%20REGIAO.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 mar. 2015. , p. 4

MAIOR, Jorge Luiz Souto Maior. **O direito do trabalho como instrumento de justiça social**. São Paulo: Ltr, 2000.

_____. **Muda Direito! Pelo fim da terceirização**. Blog de Jorge Luiz Souto Maior, “História Contemporânea do Brasil”. Disponível em: <<http://www.jorgesoutomaior.com/blog/muda-direito>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

MALVEZZI, Sigmar. Empregabilidade e carreira. São Paulo, **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 55-72, 1999.

MEDEIROS, Alexandre Alliprandino. **Acidentes do trabalho e responsabilidade civil do empregador**: uma perspectiva bioética para a reparação integral dos danos morais. São Paulo, Ltr, 2013.

_____. **Acidente do trabalho e reparação moral não pecuniária: uma perspectiva bioética**. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/98943>>. Acesso em: 19 out. 2016.

MEDEIROS, Alexandre Alliprandino. LOPES, Edmundo Fraga. A dignidade da pessoa como elo imprescindível entre o homem, o trabalho e os ideais da prevenção e da precaução no contexto do trabalho seguro. In: SANTOS, Lorival Ferreira dos Santos; GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto; TOLEDO FILHO, Manoel Carlos (Coord.). **O direito do trabalho e o processo do trabalho no século XXI**: livro comemorativo dos 30 anos do TRT da 15ª Região. São Paulo: LTr, 2016. p. 105-122.

MELO, Raimundo Simão. 4. ed. **Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador**. São Paulo: LTr, 2004.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra; ARAÚJO, Luciane Kozicz Reis. **Violência e sofrimento ético: contribuições da psicodinâmica do trabalho**. In: MENDES, Ana Magnólia (Org.). **Violência no trabalho: perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010. p. 91-106.

MENDES, Ana Magnólia. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 15, n. 1-3, p. 34-38, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, Ricardo Couto. **Excesso de trabalho e incidência de doença arterial coronária**. (Coleções clínicas – doença arterial coronária/prevenção). Cardiosource em português – American College of Cardiology, São Paulo, 18 jun. 2010. Disponível em: <http://cientifico.cardiol.br/cardiosource2/doenca-art-coronaria/int_artigo17.asp?cod=80>. Acesso em: 7 mar. 2017.

MORE, Thomas. **A utopia**. Prefácio: João Almino. Tradução: Anah de Melo Franco. Brasília: Ed. UnB; Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2004. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/260-Utopia.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

MORENO, Cláudia Roberta de Castro; FISCHER, Frida Marina; ROTENBERG, Lúcia. A saúde do trabalhador na sociedade 24 horas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 34-46, jan./jun. 2003.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Saúde. **Portaria nº 1470/2002, de 30 abr. 2002**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/PortariaSMS_2002_1470_1255_008372.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2017.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Juliana Roman dos Santos et al. Fadiga no trabalho: como o psicólogo pode atuar? **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 3, p. 633-638, jul./set. 2010.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Estrutura normativa da segurança e saúde do trabalhador no Brasil. **Revista LTr**, São Paulo, v. 70, n. 12, p. 1430-1442, dez. 2006.

_____. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Ltr, 2011.

OLIVEIRA, Verônica Guilherme Ancelmo de; GARCIA, Eduardo Garcia. O trabalho penoso sob a ótica do judiciário trabalhista de São Paulo. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 1064-1074, set./dez. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO. Ciência e Cultura. Comissão Nacional da UNESCO, Portugal. **Declaração universal sobre bioética e direitos**

humanos. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO, 2006. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Organização Internacional do Trabalho. Genebra, Suíça. **Constituição da OIT e Anexo (Declaração de Filadélfia).** Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/constitui%C3%A7%C3%A3o-oit-e-declara%C3%A7%C3%A3o-de-filad%C3%A9lfia>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre as quarentas horas, 1935.** Genebra: OIT, 1935. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C047>. Acesso em: 23 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre Duração do Trabalho (Indústria) 1919.** Genebra: OIT, 1919. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_convencoes_numero_pt.htm>. Acesso em: 23 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre horas de trabalho (Comércio e Oficinas) 1930.** Genebra: OIT, 1930. Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C030>. Acesso em: 23 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção sobre Saúde de Segurança dos Trabalhadores, 1981.** Organização Internacional do Trabalho. Genebra, Suíça. Disponível em: <file:///C:/Users/alexandremedeiros/Downloads/OIT_-_Organizao_Internacional_do_Trabalho_-_Escritrio_no_Brasil_-_Segurana_e_Sade_dos_Trabalhadores_-_2011-07-28.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Livro de recursos da OMS sobre saúde mental, direitos humanos e legislação:** cuidar sim, excluir não. Tradução Willians Valentini. Genebra, Suíça: OMS, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA. **Declaração universal de bioética e direitos humanos.** Tradução Cátedra UNESCO de Bioética da Universidade de Brasília: Brasília-DF, 2005.

_____. **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos.** Tradução Comissão Nacional da UNESCO em Lisboa. 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146180por.pdf>>. Acesso em: 24 nove. 2016.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO. **Ratificación del C047 - Convenio sobre las cuarenta horas, 1935 (núm. 47).** Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312192>. Acesso em: 27 mar. 2017.

OTANI, Koshiro. **Repercussão das horas extras na saúde dos comerciários.** São Paulo, 7 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.fecesp.org.br/Artigo/Conteudo/7882>>. Acesso em: 7 mar. 2017. Artigo disponível no sítio da Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo (FECEPS).

PATI, Camila. Brasileiros no topo do ranking de horas extras. Veja a lista. **Revista Exame**, São Paulo, 30 nov. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/carreira/brasileiros-no-topo-do-ranking-de-horas-extras-veja-lista/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PORTAL ACTION. **Estatística básica**. Disponível em: <<http://www.portalaction.com.br/estatistica-basica/31-boxplot>>. Acesso em: 11 maio 2017.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. **Constituição do Estado do Rio de Janeiro**. 1989. Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/cerj.pdf>>. Acesso em: 6 jan. 2017.

RONDÔNIA (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. **Constituição do Estado de Rondônia**, 28 set. 1989. Disponível em: <[http://www.seplan.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/ConstituicaoEstadual\(1\).pdf](http://www.seplan.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/ConstituicaoEstadual(1).pdf)>. Acesso em: 6 jan. 2017.

ROVER, Tadeu. Ministros do TST reagem a uma possível "desconstrução do Direito do Trabalho". **Consultor Jurídico**, São Paulo, Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jun-10/ministros-reagem-possivel-desconstrucao-direito-trabalho>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

SANTOS, Astrid Bandeira et al. Alcoolismo e trabalho: como estão relacionados? In: ENCONTRO DE EXTENSÃO, 19., 2007, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: [S.n], 2007. Disponível em: <<http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/extensao/documentos/anais/6.SAUDE/6PRACPEX01.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

SANTOS, Ludmilla Cristine et al. Psicologia e profissão: neurose profissional e a atuação do psicólogo organizacional frente à questão. **Revista Psicologia: ciência e profissão**, Brasília-DF, v. 30, n. 2, p. 248-261, abr./jun. 2010.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo **Constituição do Estado de São Paulo**. 1989. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/StaticFile/documentacao/cesp_completa.htm>. Acesso em: 6 jan. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei Complementar Lei Complementar nº 1139**, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?tipo=Lei%20Complementar&numero=1139&ano=2011>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Sistema de Vigilância de Acidente de Trabalho (SIVAT) do Município de São Paulo. **Portaria SMS 1470/2002, de 30 de abril de 2002**. Disponível em: <<http://www.informarejuridico.com.br/Prodinfor/boletim/2002/Icms-Sp/leg.municipal/portariasms1470-20-2002.htm>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

SATO, Leny; HESPANHOL BERNARDO, Marcia; OLIVEIRA, Fábio de. Psicologia social do trabalho e cotidiano: a vivência de trabalhadores em diferentes contextos micropolíticos. **Psicologia para América Latina**, México, n. 15, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 6 jun. 2016.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio Carvalho. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, out. 1997.

SERAFIM, Alessandra da Cruz et al.. Riscos psicossociais e incapacidade do servidor público: um estudo de caso. **Psicologia: Ciência e profissão**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 686-705, 2012.

SERGIPE (Estado). **Constituição do Estado de Sergipe**. Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, 5 out. 1989. Disponível em: http://www.al.se.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/constituicao_do_estado_de_sergipe_2007.pdf. Acesso em: 6 jan. 2017.

SILVA, Homero Batista Mateus da Silva. **Curso de direito do trabalho aplicado, vol. 2: jornadas e pausas**. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. **A saúde do trabalhador como um direito humano**. São Paulo: Ltr, 2008.

_____. **Flexibilização da jornada de trabalho e a violação do direito à saúde do trabalhador: uma análise comparativa dos sistemas jurídicos brasileiro e espanhol**. São Paulo: Ltr, 2013.

_____. Horas extras pela supressão dos intervalos e pausas: por um olhar sistêmico. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, v. 81, n. 4, p. 182-213, out./dez. 2015.

SILVA, Rafael Bianchi. Formação humana e/ou formação profissional: uma contribuição da psicologia do trabalho. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v.12, p.102-120, set. 2010. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/2919>>. Acesso em: 10 mar. 2017

SUSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de direito do trabalho**. 17.ed. São Paulo: Ltr, 1997.

TEIXEIRA, Sueli. A depressão no meio ambiente do trabalho e sua caracterização como doença do trabalho. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 46, n. 76, p. 27-44, jul./dez. 2007.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO. **TRT – Informativo**, Campinas, ano 28, n. 246, abr./jun. 2014.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. **Súmulas do TST**. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/sumulas>>. Acesso em: 5 out. 2016.

VAISSMAN, Magda. **Alcoolismo no trabalho**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca. O nexó causal entre transtorno de estresse pós-traumático e trabalho: controvérsias acerca do laudo de uma perícia judicial. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 34, n. 120, p. 150-162, jul./dez. 2009.